

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

*Apresentação das informações trimestrais em
31 de Março de 2015 e Relatório sobre a
Revisão de Informações Trimestrais dos
Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos acionistas, Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC PR 050.422/O-3

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais) – Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	214.024	193.659
Contas a receber	4	126.391	156.793
Estoques	5	19.917	21.793
Tributos a recuperar	6	28.613	28.677
Adiantamento a fornecedores		127	172
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	1.192
Outras contas a receber - venda da investida	7	17.957	17.467
Outros ativos		<u>6.629</u>	<u>5.580</u>
		<u>413.658</u>	<u>425.333</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	4	1.216	1.398
Tributos a recuperar	6	26.770	32.013
Tributos diferidos	16	27.129	24.945
Depósitos judiciais	17	10.896	10.422
Outras contas a receber - venda da investida	7	<u>35.914</u>	<u>34.934</u>
		<u>101.925</u>	<u>103.712</u>
Investimentos	8	87.392	87.392
Imobilizado	9	1.154.447	1.200.148
Intangível	10	<u>76.527</u>	<u>76.138</u>
		<u>1.318.366</u>	<u>1.363.678</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.833.949</u>	<u>1.892.723</u>

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais) – Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	14.852	16.510
Empréstimos e financiamentos	12	3.189	49.637
Debêntures	13	114.315	105.315
Salários e encargos sociais		20.026	19.425
Imposto de renda e contribuição social	16	-	2.543
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		1.049	1.030
Tributos a pagar	18	2.912	3.973
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		21.810	21.810
Outros passivos		<u>1.234</u>	<u>971</u>
		<u>179.387</u>	<u>221.214</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	14.284	14.890
Debêntures	13	580.261	575.542
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		9.005	9.100
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	<u>12.401</u>	<u>12.580</u>
		<u>615.951</u>	<u>612.112</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>795.338</u>	<u>833.326</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital	19	563.319	563.319
Reservas de capital	19	2.496	8.785
Reservas de lucros	19	487.049	487.049
Ajuste de avaliação patrimonial	19	228	244
Prejuízo do período		<u>(14.481)</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.038.611</u>	<u>1.059.397</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.833.949</u>	<u>1.892.723</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais) – Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Receita líquida de vendas e serviços	21	163.894	207.821
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(86.058)	(79.047)
LUCRO BRUTO		77.836	128.774
Despesas gerais e administrativas	22	(73.845)	(61.887)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>3.991</u>	<u>66.887</u>
Receitas financeiras	23a	7.706	4.017
Despesas financeiras	23b	(26.084)	(20.565)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(14.387)</u>	<u>50.339</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(2.271)	(21.189)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	<u>2.177</u>	<u>4.722</u>
Imposto de renda e contribuição social		(94)	(16.467)
RESULTADO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		<u>(14.481)</u>	<u>33.872</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>(14.481)</u>	<u>33.872</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	20a	<u>(0,11)</u>	<u>0,27</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação - R\$	20b	<u>(0,11)</u>	<u>0,26</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais) – Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(14.481)	33.872
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE			
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS POSTERIORMENTE PARA O RESULTADO			
Hedge de fluxos de caixa líquido de impostos diferidos	25	<u>(16)</u>	<u>(5.415)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		<u>(14.497)</u>	<u>28.457</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Expansão	Retenção de lucros			
EM 1º DE JANEIRO DE 2014	<u>553.232</u>	<u>10.231</u>	<u>29.398</u>	<u>61.243</u>	<u>357.221</u>	<u>5.188</u>	<u>-</u>	<u>1.016.513</u>
Integralização de capital - emissão de ações	1.618	-	-	-	-	-	-	1.618
Premio de opções de ações	-	2.187	-	-	-	-	-	2.187
Resultado abrangente do exercício - Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(5.415)	-	(5.415)
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.872</u>	<u>33.872</u>
	<u>554.850</u>	<u>12.418</u>	<u>29.398</u>	<u>61.243</u>	<u>357.221</u>	<u>(227)</u>	<u>33.872</u>	<u>1.048.775</u>
EM 31 DE MARÇO DE 2014								

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015
Em milhares de reais

	Capital social <u>subscrito</u>	Reserva <u>de capital</u>	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação <u>patrimonial</u>	Prejuízos <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Expansão</u>	<u>Retenção de lucros</u>			
EM 1º DE JANEIRO DE 2015	<u>563.319</u>	<u>8.785</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>390.789</u>	<u>244</u>	<u>-</u>	<u>1.059.397</u>
Aquisição de ações em tesouraria	-	(8.793)	-	-	-	-	-	(8.793)
Premio de opções de ações	-	2.504	-	-	-	-	-	2.504
Resultado abrangente do exercício - hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(16)	-	(16)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(14.481)	(14.481)
EM 31 DE MARÇO DE 2015	<u>563.319</u>	<u>2.496</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>390.789</u>	<u>228</u>	<u>(14.481)</u>	<u>1.038.611</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais) – Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(14.387)	50.339
Ajustes:			
Depreciação e amortização	9 e 10	43.353	39.565
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	(468)	814
Provisão para despesa com opções de ações	15	2.504	2.187
Participação de lucros a pagar	15	-	482
Ganho na baixa de ativos imobilizados		(14.443)	(10.085)
Juros, variação monetária e variação cambial sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	23	22.941	17.186
Provisão para devedores duvidosos	4	21.027	6.526
Outros		1.868	-
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	4	4.273	(21.385)
Estoques	5	8	(297)
Tributos a recuperar	6	7.240	5.864
Depósitos judiciais	17	(414)	131
Outros ativos		(1.004)	(2.935)
Fornecedores	11	(1.656)	(1.816)
Salários e encargos sociais		601	4.402
Tributos a pagar	18	(1.061)	(28)
Outros passivos		<u>187</u>	<u>(1.275)</u>
		8.174	(17.339)
Processos judiciais liquidados		(9)	-
Juros pagos		(15.045)	(9.731)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.257)	(7.133)
Participação nos lucros paga		<u>-</u>	<u>(18.607)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		49.258	54.204
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(6.395)	(82.949)
Valor recebido na venda de ativo imobilizado e intangível		<u>27.483</u>	<u>15.296</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>21.088</u>	<u>(67.653)</u>
			(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais) – Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aportes de capital	19	-	1.618
Aquisição de ações em tesouraria	19	(8.793)	-
Dividendos e JCP pagos		-	(2.480)
Amortização de empréstimos		<u>(41.188)</u>	<u>(3.026)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>(49.981)</u>	<u>(3.888)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		<u>20.365</u>	<u>(17.337)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		<u>193.659</u>	<u>25.798</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		<u>214.024</u>	<u>8.461</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais) – Não auditado

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	211.307	274.974
Cancelamentos e descontos	(31.703)	(46.971)
Outras receitas	977	2.225
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(21.027)</u>	<u>(6.526)</u>
	159.554	223.702
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(7.856)	(3.794)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(31.367)	(39.686)
Baixa de ativos	<u>(7.833)</u>	<u>(6.775)</u>
	<u>(47.056)</u>	<u>(50.255)</u>
Valor adicionado bruto	112.498	173.447
Depreciação, amortização e exaustão	(43.353)	(39.569)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>69.145</u>	<u>133.878</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.706	4.017
Valor adicionado total a distribuir	<u>76.851</u>	<u>137.895</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	36.570	32.943
Remuneração direta	27.986	25.438
Benefícios	6.622	5.553
FGTS	1.962	1.952
Impostos, taxas e contribuições	23.029	44.264
Federais	21.984	43.027
Estaduais	824	913
Municipais	221	324
Remuneração sobre o capital de terceiros	31.733	26.816
Juros e variações cambiais	26.080	20.559
Aluguéis	5.653	6.257
Remuneração de capitais próprios	(14.481)	33.872
Lucros (prejuízos) retidos	(14.481)	33.872
Valor adicionado distribuído	<u>76.851</u>	<u>137.895</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) – Não auditado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na Avenida das Américas, nº 500 Bloco 14 Loja 108 Salas 207 e 208 – Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio, para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos, e
- (c) A participação como acionista ou quotista, em outras companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Infraestrutura, Edificações e Rental. As descritivas de cada divisão estão mencionadas na nota 24.

As informações contábeis contidas nessas Informações Trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o International Accounting Standards - (IAS) nº 34.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2014, que

foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards - IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2014), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 31 de março de 2015 são a de “Resumo das principais políticas contábeis”, “Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “Gestão de risco financeiro”, “Gestão de capital” e a de “Programa de recuperação fiscal (REFIS)”, representadas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2014, pelas notas 2, 3, 4, 5 e 21, respectivamente.

2.2. Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, divulgadas nas Notas explicativas 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas dia 19 de março de 2015 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas Informações trimestrais.

As informações referentes aos Pronunciamentos Contábeis e Interpretações Emitidas Recentemente não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.4 às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014. Abaixo listamos as normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

2.2.1 Novos pronunciamentos contábeis

- a) Normas, interpretações novas e alterações de normas e interpretações existentes que estão vigentes desde 1º de janeiro de 2015:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014:

- IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - Alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.
- Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - Pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações das normas existentes.

- b) Novas normas, interpretações e alterações de normas e interpretações existentes que ainda não estão vigentes em 31 de março de 2015:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- IAS 16 e IAS 38 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- IAS 1 - Alteração na norma para endereçar potenciais impedimentos identificados no exercício de julgamento na preparação das demonstrações financeiras. Tal alteração esclarece que o conceito de materialidade deve ser considerado tanto para fins das informações a serem divulgadas, sejam elas requeridas ou não, quanto na ordenação das notas explicativas e no uso de critérios de agregação.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2016:

- Melhorias Anuais dos ciclos 2012 - 2014 - Pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers* - define 5 passos simples para serem aplicado aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18 e IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Nova norma (com alterações posteriormente à mesma) que introduz novas exigências para a classificação, mensuração, *impairment*, *hedge accounting* e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. A Companhia está analisando os impactos dessas normas e até a presente data não foi identificado nenhum impacto relevante sobre as suas informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	995	182
Aplicações financeiras	<u>213.029</u>	<u>193.477</u>
	<u>214.024</u>	<u>193.659</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de março de 2015, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e

remuneradas a taxa média de 101,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (Certificado de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100,7% do CDI, em 31 de dezembro de 2014).

4. CONTAS A RECEBER

Unidade de negócio	31/03/2015			31/12/2014		
	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido
Infraestrutura	85.465	(34.522)	50.943	88.113	(25.689)	62.424
Edificações	56.202	(29.389)	26.813	62.407	(25.428)	36.979
Rental	92.529	(44.642)	47.887	93.079	(36.313)	56.766
Serviços industriais (**)	3.738	(3.738)	-	3.992	(3.992)	-
Eventos (***)	<u>2.030</u>	<u>(66)</u>	<u>1.964</u>	<u>2.022</u>	<u>-</u>	<u>2.022</u>
Totais	239.964	(112.357)	127.607	249.613	(91.422)	158.191
Circulante	238.748	(112.357)	126.391	248.215	(91.422)	156.793
Não circulante	1.216	-	1.216	1.398	-	1.398

(**) Valor remanescente a receber de clientes das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013.

(***) Valor a receber pela venda do imobilizado da divisão Eventos que foi descontinuada em 2008.

A provisão para devedores duvidosos (PDD) do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	91.422	53.861
Constituição de provisão para devedores duvidosos	27.294	12.294
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(6.267)	(5.768)
Baixas	<u>(92)</u>	<u>(4.083)</u>
Saldo final do período	<u>112.357</u>	<u>56.304</u>

Em 31 de março de 2015, contas a receber de clientes no montante de R\$112.357 (Em 31 de dezembro de 2014 - R\$91.422) estavam provisionadas para perda. O aumento no montante desta provisão refere-se principalmente ao provisionamento do saldo a receber de clientes que durante o primeiro trimestre de 2015 apresentaram dificuldades em cumprir com suas obrigações.

A Companhia possui contas a receber correspondentes aos bens da Unidade de Negócios de Eventos, cujas atividades foram descontinuadas. Parte dos bens foi vendida ao longo de 2008 e 2009, através de contratos firmados de compra e venda de bens móveis com reserva de domínio celebrados em 20 de maio de 2008 e 18 de fevereiro de 2009. O valor da venda será recebido no período máximo de 8 anos, sendo as parcelas reajustadas de acordo com a variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de março de 2015, o

ativo está ajustado a valor presente e a Administração, com base nas garantias reais previstas em contrato, considera que o mesmo será realizado, dentro do esperado, até o vencimento da última parcela.

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Companhia não possui concentração de cliente em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos.

A análise de vencimentos das contas a receber está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	80.860	83.513
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	7.101	18.101
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	36.678	40.840
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	19.497	19.899
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	10.749	15.797
Vencidos acima de 180 dias (*)	<u>85.079</u>	<u>71.463</u>
Total	<u>239.964</u>	<u>249.613</u>

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

5. ESTOQUES

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Matérias primas	2.091	2.030
Mercadorias para revenda	10.143	11.660
Peças de reposição e suprimentos	12.537	11.438
Adiantamentos para estoques	437	88
Provisão para estoque de giro lento (*)	<u>(5.291)</u>	<u>(3.423)</u>
Total	<u>19.917</u>	<u>21.793</u>

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Os estoques de matérias primas e os adiantamentos para estoques estão vinculados a processos de industrialização por encomenda, para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
PIS e COFINS a compensar (*)	52.366	59.259
IRPJ e CSLL a compensar (**)	1.781	412
ICMS a compensar (***)	835	933
Outros	<u>401</u>	<u>86</u>
	<u>55.383</u>	<u>60.690</u>
Circulante	<u>28.613</u>	<u>28.677</u>
Não circulante	<u>26.770</u>	<u>32.013</u>

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2018.

(**) Refere-se aos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em 31 de março de 2015 que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos da mesma natureza durante o exercício de 2015.

(***) Corresponde ao imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de peças e equipamentos para venda.

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER - VENDA DA INVESTIDA

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	17.957	17.467
2016	17.957	17.467
2017	<u>17.957</u>	<u>17.467</u>
Total	<u>53.871</u>	<u>52.401</u>
Circulante	17.957	17.467
Não circulante	<u>35.914</u>	<u>34.934</u>
	<u>53.871</u>	<u>52.401</u>

A Companhia fechou em 30 de novembro de 2013, a operação de venda de sua unidade de negócios Serviços Industriais ao Fundo de Investimento em Participação (FIP) Leblon Equities Partners V, gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.

O contrato estipula que o valor de aquisição seja pago em 6 (seis) parcelas, todas atualizadas pela variação do CDI, entre de 31 de maio de 2013 e a data de pagamento, da seguinte forma:

1. A primeira de R\$25.000 (R\$25.207, considerando a atualização pelo CDI até a data do pagamento) foi paga na data da assinatura do contrato;
2. A segunda, de R\$17.000 (R\$18.093, considerando a atualização pelo CDI até 31 de março de 2014), foi paga em abril de 2014 no montante de R\$11.304. O valor da segunda parcela foi ajustado pelo desempenho parcial do negócio, que significou o lucro líquido do negócio mais a depreciação dos ativos que integram o negócio; menos investimentos; mais o

aumento ocorrido nas contas a pagar (ou menos a redução ocorrida nas contas a pagar, conforme aplicável); e menos o aumento ocorrido nas contas a receber (ou mais a redução ocorrida nas contas a receber, conforme aplicável), entre 31 de maio de 2013 e a data do fechamento, ocorrida em 30 de novembro de 2013. Para apuração deste valor, foram utilizados os mesmos critérios contábeis de rateio de despesas e constituição de provisão de devedores duvidosos e baixa de equipamentos atualmente utilizados pela Companhia. Para efeitos do cálculo do lucro líquido, foi considerada a alíquota de imposto de renda e contribuição social idêntica à média observada para as atividades da Companhia, nos últimos 12 meses, imediatamente anteriores à data do fechamento e não foram considerados, (i) os custos alocados referentes às opções de compra de ações da Companhia e a participação de resultados, e (ii) receitas e despesas financeiras. O valor acumulado do desempenho parcial do negócio, entre 01 de junho e 30 de novembro de 2013, data em que a Companhia concluiu a operação, foi de R\$6.789.

3. Quatro parcelas de R\$15.000 (R\$17.957, considerando as três últimas parcelas atualizadas por 100% do CDI até 31 de março de 2015), com vencimento anual, a contar da data da assinatura do contrato. A primeira destas parcelas foi recebida na data do vencimento, em 10 de julho de 2014, no valor atualizado de R\$16.601.

8. INVESTIMENTO

Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares (“Rohr”), por R\$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

Durante o ano de 2011, a Companhia recebeu R\$2.608 (líquido de impostos) de juros sobre capital próprio e dividendos de anos anteriores, tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento, por se tratar de dividendos oriundos de lucros ou reservas já existentes na data da compra das ações.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr S.A. Estrutura Tubulares (Rohr) de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou a sua influência sobre a administração da Rohr e concluiu que apesar de deter 27,47% do capital da investida, tal investimento deve ser registrado pelo custo de aquisição pelos seguintes fatos: a Mills não tem poder de participar na elaboração e nas decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Rohr, não controlando de forma individual ou conjunta essas políticas e não possuindo representantes na administração da investida. Adicionalmente, não existe acordo de acionistas que possa conferir à Mills o direito de ter influência na administração da investida ou que possam conferir o direito de aumentar a sua participação no futuro. Com base nesses fatores, a Companhia concluiu que não possui influência significativa na investida e manterá o investimento registrado pelo custo de aquisição.

Em dezembro de 2014 a Companhia registrou em receita financeira R\$1.818 (R\$1.648 em dezembro de 2013) de juros sobre capital próprio da Rohr, referentes ao ano de 2014.

Perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2014, a Companhia fez a revisão do valor recuperável do investimento aplicado na Rohr S.A através de laudo interno. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor de mercado da Rohr, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, para fins de fundamentação do valor pago. As principais premissas foram: (i) crescimento moderado nas vendas; (ii) a execução de programa contínuo de redução de custos que fará com que sua evolução seja inferior ao percentual de crescimento das vendas, (iii) investimentos em ativo imobilizado apenas para reposição da depreciação, e (iv) uma política de controle estrito na evolução do capital de giro, nos anos da projeção. A taxa de desconto usada para mensurar o valor recuperável foi de 13,51% a.a. A Administração estima que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave na qual o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil do investimento a exceder o seu valor recuperável. A Administração entende que não houve eventos durante o período findo em 31 de março de 2015, que pudessem afetar a avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2014.

9. IMOBILIZADO

	Equipamento de locação e uso operacional	Equipamento de locação a imobilizar	Total equipamento de locação	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.491.854	38.506	1.530.360	19.040	24.274	13.886	3.640	5.470	8.945	580	75.835	1.606.195
Aquisição	167.210	5.535	172.745	8.069	-	2.126	180	1.645	1.479	462	13.961	186.706
Baixa/alienação	(57.298)	(195)	(57.493)	-	-	(9)	(426)	-	(23)	-	(458)	(57.951)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(18.154)	-	(18.154)	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.154)
Reclassificação	(286)	286	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	39.942	(39.942)	-	31	-	-	-	(57)	26	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.623.268	4.190	1.627.458	27.140	24.274	16.003	3.394	7.058	10.427	1.042	89.338	1.716.796
Aquisição	1.967	-	1.967	2.069	-	222	121	190	161	-	2.763	4.730
Baixa/alienação	(21.814)	-	(21.814)	-	-	-	(170)	-	-	-	(170)	(21.984)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(362)	-	(362)	-	-	-	-	-	-	-	-	(362)
Transferências	2.051	(2.051)	-	(73)	-	-	-	721	-	(665)	(17)	(17)
Saldos em 31 de março de 2015	1.605.110	2.139	1.607.249	29.136	24.274	16.225	3.345	7.969	10.588	377	91.914	1.699.163
Depreciação acumulada												
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(362.749)	-	(362.749)	(4.169)	(1.526)	(6.594)	(2.232)	(1.051)	(3.398)	-	(18.970)	(381.719)
Depreciação	(155.497)	-	(155.497)	(3.342)	(670)	(2.344)	(448)	(534)	(745)	-	(8.083)	(163.580)
Baixa/alienação	28.411	-	28.411	-	-	1	274	-	4	-	279	28.690
Ajuste para crédito Pis e Cofins	-	-	-	(34)	-	-	-	(5)	-	-	(39)	(39)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(489.835)	-	(489.835)	(7.545)	(2.196)	(8.937)	(2.406)	(1.590)	(4.139)	-	(26.813)	(516.648)
Depreciação	(39.733)	-	(39.733)	(1.094)	(167)	(612)	(96)	(154)	(204)	-	(2.327)	(42.060)
Baixa/alienação	14.028	-	14.028	-	-	-	92	-	-	-	92	14.120
Ajuste para crédito Pis e Cofins	-	-	-	(112)	-	-	-	(16)	-	-	(128)	(128)
Transferências	-	-	-	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2015	(515.540)	-	(515.540)	(8.750)	(2.363)	(9.549)	(2.410)	(1.761)	(4.343)	-	(29.176)	(544.716)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	-	-	-
Resumo Imobilizado líquido												
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.133.433	4.190	1.137.623	19.595	22.078	7.066	988	5.468	6.288	1.042	62.525	1.200.148
Saldo em 31 de março de 2015	1.089.570	2.139	1.091.709	20.386	21.911	6.676	935	6.208	6.245	377	62.738	1.154.447

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo destacamos as principais aquisições no primeiro trimestre de 2015 por grupamento:

Escoramentos	761
Fôrmas de concretagem reutilizáveis	221
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	39
Máquinas e equipamentos de uso operacional	946
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.069
Outros	<u>694</u>
Total de aquisições	<u>4.730</u>

A depreciação do período, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de março de 2015 a R\$38.989 e R\$3.073 (31 de março de 2014 R\$36.214 e R\$2.332), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 12).

Revisão da vida útil estimada

A Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo interno de avaliação da vida útil estimada datada em 31 de dezembro de 2014, a mesma também foi aprovada em Reunião de Diretoria. Para a elaboração do respectivo laudo, os responsáveis técnicos consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vida útil dos bens.

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado para o exercício de 2014, bem como não houve eventos durante o período findo em 31 de março de 2015 que pudessem afetar a avaliação efetuada em 2014.

A Companhia avaliou que não houve eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos pode não ser recuperável.

10. INTANGÍVEL

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total intangível</u>
<u>Custo do intangível bruto</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>20.943</u>	<u>895</u>	<u>12.626</u>	<u>44.294</u>	<u>78.758</u>
Aquisição	<u>3.927</u>	-	<u>8.498</u>	-	<u>12.425</u>
Transferência	<u>20.045</u>	-	<u>(20.045)</u>	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>44.915</u>	<u>895</u>	<u>1.079</u>	<u>44.294</u>	<u>91.183</u>
Aquisição	<u>1.392</u>	-	<u>273</u>	-	<u>1.665</u>
Transferência	<u>265</u>	-	<u>(248)</u>	-	<u>17</u>
Saldos em 31 de março de 2015	<u>46.572</u>	<u>895</u>	<u>1.104</u>	<u>44.294</u>	<u>92.865</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>(5.839)</u>	<u>(295)</u>	-	<u>(4.232)</u>	<u>(10.366)</u>
Amortização	<u>(4.505)</u>	<u>(174)</u>	-	-	<u>(4.679)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>(10.344)</u>	<u>(469)</u>	-	<u>(4.232)</u>	<u>(15.045)</u>
Amortização	<u>(1.249)</u>	<u>(44)</u>	-	-	<u>(1.293)</u>
Saldos em 31 de março de 2015	<u>(11.593)</u>	<u>(513)</u>	-	<u>(4.232)</u>	<u>(16.338)</u>
Taxas anuais de amortização - %	10	20	-	-	-
<u>Resumo intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	34.571	426	1.079	40.062	76.138
Saldo em 31 de março de 2015	34.979	382	1.104	40.062	76.527

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu ocorrida em 2008 e da aquisição da GP Sul ocorrida em 2011 e os mesmos estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Edificações representado esta uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

A análise de recuperabilidade do ágio da UGC Edificações foi determinada em 31 de dezembro de 2014 com base no fluxo de caixa orçado para este segmento em 2015, antes do imposto de renda e da contribuição social, aprovado pela Administração. Não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperável do ágio.

A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

11. FORNECEDORES

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores nacionais	13.993	16.240
Fornecedores estrangeiros	<u>859</u>	<u>270</u>
	<u>14.852</u>	<u>16.510</u>

Em 31 de março de 2015, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente a prestação de serviços, compra a prazo de materiais e equipamentos de imobilizado.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seus usos e despesas gerais, sendo indexados ao CDI, TJLP e Dólar norte-americano.

Para os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2014 e liquidadas no primeiro trimestre de 2015, foram contratados instrumentos financeiros para proteção da Companhia contra a exposição por flutuação cambial.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

A Companhia liquidou, antecipadamente, todos os contratos existentes de arrendamento financeiro durante o exercício de 2014.

Em 11 de abril 2014 foram emitidas pela Companhia, em série única, 20 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo um montante de R\$200.000, com vencimento em 08 de agosto de 2014. Sobre o valor unitário das notas promissórias incidiram juros remunerados correspondentes a 106% da variação acumulada das taxas médias diárias dos CD's. A Companhia, em 18 de junho de 2014, pagou, integralmente, essas notas promissórias com os recursos da sua terceira emissão de debêntures (nota 13).

Os empréstimos e financiamentos são apresentados a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Empréstimos e financiamentos (*)	<u>17.473</u>	<u>64.527</u>
Circulante	3.189	49.637
Não circulante	<u>14.284</u>	<u>14.890</u>
	<u>17.473</u>	<u>64.527</u>

(*) Os saldos em 31 de março de 2015 de financiamentos com instituição financeiras estão indexados a TJLP acrescidos de 0,20% a 0,90% de juros ao ano.

Em 6 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou o contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de US\$16,9 milhões (equivalente a R\$40,0 milhões). A liquidação do empréstimo e juros foi realizada em uma única parcela, no vencimento, em 30 de janeiro de 2015. Com o objetivo de anular o risco da variação cambial deste empréstimo, foi contratado com o Banco Itaú BBA S.A, na mesma data do empréstimo, um instrumento financeiro (swap) no montante de R\$40,0 milhões para que todas as obrigações (principal e juros) fossem integralmente convertidas para moeda local e realizadas nas mesmas datas dos respectivos vencimentos.

Instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2015 são:

- Banco do Brasil
- Itaú BBA

Segue abaixo composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	<u>27.103</u>	<u>33.103</u>
Total das garantias reais	<u>27.103</u>	<u>33.103</u>

* Refere-se a equipamentos adquiridos através de FINAME.

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 31 de março de 2015 estão demonstrados abaixo:

2016	2.354
2017	3.138
2018 a 2021	<u>8.792</u>
	<u>14.284</u>

Os empréstimos da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

13. DEBÊNTURES

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
1ª emissão	Única	270.000	Abr/2011	Abr/2016	112,5% CDI	190.243	184.412
Custo de emissão						<u>(511)</u>	<u>(629)</u>
						<u>189.732</u>	<u>183.783</u>
2ª emissão	1ª série	160.940	Ago/2012	Ago/2017	100% CDI + 0,88% a.a.	163.286	168.121
2ª emissão	2ª série	109.060	Ago/2012	Ago/2020	IPCA + 5,50 a.a.	135.075	128.747
Custo de emissão						<u>(1.016)</u>	<u>(1.093)</u>
						<u>297.345</u>	<u>295.775</u>
3ª emissão	Única	200.000	Mai/2014	Mai/2019	108,75% CDI	208.155	201.984
Custo de emissão						<u>(656)</u>	<u>(685)</u>
						<u>207.499</u>	<u>201.299</u>
Total de debêntures						<u>694.576</u>	<u>680.857</u>
Circulante						114.315	105.315
Não circulante						580.261	575.542

1ª Emissão de debêntures

Em 8 de abril de 2011 foi aprovada a primeira emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014, liquidado nesta data. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

2ª Emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012 foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

As debêntures terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- 1ª série - 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$160.940, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária. O valor nominal das debêntures da primeira série será amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI;
- 2ª série - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão e os juros pagos anualmente corresponderão à 5,50% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

3ª Emissão de debêntures

Em 30 de maio de 2014 foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$200.000, e valor nominal unitário de R\$10,00. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a terceira emissão de debêntures foram integralmente utilizados para a quitação integral das notas promissórias comerciais da quarta emissão da Companhia, emitidas em 11 de abril de 2014 (vide nota 12).

Em 31 de março de 2015 os saldos das debêntures bruto dos custos de transação são de R\$115.203 no passivo circulante e de R\$581.556 no passivo não circulante e R\$114.315 e R\$580.261 líquidos dos custos de transação respectivamente. (Em 31 de dezembro de 2014 o saldo de debêntures é de R\$106.203 no passivo circulante e de R\$577.061 no passivo não circulante e R\$105.315 e R\$575.542 líquidos dos custos de transação respectivamente).

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iii) que deverá ser igual ou superior a 2.

- (i) “Dívida Líquida” significa, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia, em base consolidada;
- (ii) “EBITDA” significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e
- (iii) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

No fechamento das informações trimestrais de 31 de março de 2015 todos os índices estão sendo cumpridos.

14. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o exercício.

Em 31 de março de 2015 a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Salários e encargos - Diretoria	1.953	1.557
Honorários do Conselho de Administração	371	352
Participação nos lucros	-	219
Pagamentos com base em ações	<u>544</u>	<u>518</u>
Total	<u>2.868</u>	<u>2.646</u>

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

Em 27 de março 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que o valor de participação de resultados distribuído não mais seria fixo em 25%, podendo variar entre o mínimo de 20% e o máximo de 30%, do Valor econômico agregado - EVA que é calculado com base no lucro operacional deduzido ou adicionado aos resultados não recorrentes, deduzido dos impostos, e do custo médio ponderado de capital. A métrica para este cálculo está aprovada pela Administração da Companhia.

O reconhecimento dessa participação, quando há, é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. A Companhia não apresentou EVA positivo no primeiro trimestre de 2015, portanto, em função disso, não registrou provisão para participação nos resultados. No primeiro trimestre de 2014 a Companhia havia provisionado o valor de R\$ 482, vide nota explicativa 22, contudo, tal provisão foi revertida ao final do exercício de 2014, em função dos resultados apresentados.

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela Companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

<u>Planos</u>	<u>Data da outorga</u>	<u>Data final de exercício</u>	<u>Ações em milhares</u>		
			<u>Ações outorgadas</u>	<u>Ações exercidas</u>	<u>Ações em aberto</u>
Plano Especial Top Mills Plano 2010	01/01/2008	10/07/2014	782	(782)	-
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	106
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(592)	592
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(399)	859
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(92)	676
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	234	-	234

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os stock prices com bases em valuations de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida e usamos o modelo Black-Scholes para calculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração: (i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a

Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,58	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso), levando em consideração: (i) no caso de opções cuja outorga tenha como contraprestação a aquisição de ações de emissão da Companhia pelo respectivo Beneficiário, o valor do patrimônio líquido das ações em 31 de dezembro do exercício fiscal imediatamente anterior à data de outorga; ou (ii) nos demais casos, o valor correspondente à média da cotação das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ponderada pelo volume de negociação, durante o exercício fiscal imediatamente anterior à data de outorga. Independente do critério a ser adotado para definição do preço de exercício, este será corrigido monetariamente de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso), e deduzidos do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação declarados pela Companhia a partir da data da outorga.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Plano 2002		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de ações exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de ações exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010		
Reserva de capital	5.727	5.727
Número de opções a exercer (milhares)	106	106
Número de ações exercidas (milhares)	1.369	1.369

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Programa 2011 (Plano 2010)		
Reserva de capital	7.201	6.750
Número de opções a exercer (milhares)	592	592
Número de Ações exercidas (milhares)	592	592
Programa 2012 (Plano 2010)		
Reserva de capital	10.570	9.659
Número de opções a exercer (milhares)	859	859
Número de Ações exercidas (milhares)	399	399
Programa 2013 (Plano 2010)		
Reserva de capital	6.427	5.633
Número de opções a exercer (milhares)	676	676
Número de Ações exercidas (milhares)	92	92
Programa 2014 (Plano 2010)		
Reserva de capital	1.373	1.026
Número de opções a exercer (milhares)	234	234
Total registrado como patrimônio (acumulado)	37.899	35.396
Efeito no resultado (*)	(2.504)	(9.539)

(*) Em 31 de março de 2014 o efeito no resultado foi de despesa de R\$2.998.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.387)	50.339
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	4.892	(17.115)
Despesas indedutíveis (*) e diferenças permanentes	(5.033)	(270)
Outros	<u>47</u>	<u>918</u>
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(94)	(16.467)
Alíquota efetiva	-1%	33%
Imposto de renda corrente	(2.271)	(21.189)
Imposto de renda diferido	2.177	4.722
	(94)	(16.467)

* As despesas indedutíveis estão compostas, principalmente pelo não reconhecimento do imposto de renda diferido ativo relacionado aos cancelamentos cuja documentação fiscal necessária não foi obtida. Ainda compõe este saldo a baixa de estoques, patrocínio, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

b) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

O Imposto diferido reconhecido em outros resultados abrangentes é resultante de provisão de ganhos/perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa transferidos para os valores contábeis iniciais dos itens sujeitos a hedge. Total do imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado abrangente no primeiro trimestre de 2015 é de R\$8.

- c) A movimentação do IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31 de março de 2015</u>
Stock options	3.243	769	-	4.012
Ajuste a valor presente	54	-	(2)	52
Hedge sobre imobilizado	(946)	(20)		(966)
Provisões de custos e despesas	2.141	-	(141)	2.000
Provisão para Devedores Duvidosos	17.993	5.012	-	23.005
Arrendamento financeiro	4.329	1.058	-	5.387
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.320	-	(61)	4.259
Derivativos NDF	(126)	-	9	(117)
Provisão para descontos e cancelamentos	9.355	-	(3.128)	6.227
Swap	(396)	-	396	-
Tributos com exigibilidade suspensa	255	58	-	313
Depreciação acelerada	(1.506)	(188)	-	(1.694)
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	(459)	(34)	-	(493)
Ágio Jahu	(12.949)	-	-	(12.949)
Atualização depósito judicial	(1.197)	-	21	(1.176)
Variação cambial	1.643	-	(1.643)	-
Debêntures	(809)	-	78	(731)
	<u>24.945</u>	<u>6.655</u>	<u>(4.471)</u>	<u>27.129</u>

- d) Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Stock option	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Hedge sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para devedores duvidosos	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Derivativos NDF	Pela realização da provisão
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Swap	Pela liquidação do empréstimo
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em 5 anos
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	Pela alienação/impairment do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/impairment do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial	Pelo pagamento do empréstimo
Debêntures	Pela amortização do custo de captação

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 31 de março de 2015:

	IR e CSLL diferidos ativos	IR e CSLL diferidos passivos
2015	8.238	(354)
2016	7.342	(534)
2017	7.342	(496)
2018	7.342	(448)
2019	7.344	(1.201)
A partir de 2020	<u>7.648</u>	<u>(15.094)</u>
Total	<u>45.256</u>	<u>(18.127)</u>

Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) teve vigência até a entrada em vigor de lei que disciplinou os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que, entre outros temas trouxe a extinção do RTT e da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ e, em substituição criou a Escrituração Contábil Fiscal - ECF.

A Escrituração Contábil Fiscal - ECF consolida os ajustes de neutralidade fiscal que antes eram apresentados por meio do Controle Fiscal Contábil de Transição - FCONT. Conforme a Lei acima mencionada, a adoção da ECF para os fatos geradores registrados a partir de janeiro de 2014 é opcional, sendo obrigatório para todas as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real a partir de 2015. A Companhia aderiu ao referido dispositivo legal no exercício de 2014, cuja formalização ocorreu mediante a opção na DCTF do mês de competência de agosto de 2014, transmitida à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 28 de outubro de 2014, no que se refere ao cálculo prospectivo dos juros sobre capital próprio, dividendos, bem como relativamente ao tratamento tributário dos planos de compra de ações. As demais medidas contidas na referida Lei, não trouxeram impactos relevantes para a Companhia, conforme análise efetuada pela Companhia, em conjunto com seus assessores tributários.

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

a) Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Tributários (i)	4.107	4.301
Cíveis (ii)	946	787
Trabalhistas (iii)	3.723	3.978
Honorários de êxito (iv)	<u>3.625</u>	<u>3.514</u>
Total	<u>12.401</u>	<u>12.580</u>

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>12.580</u>	<u>10.573</u>
Constituições e atualização monetária	530	5.000
Reversões	(700)	(2.380)
Baixa	<u>(9)</u>	<u>(613)</u>
Saldo no período	<u>12.401</u>	<u>12.580</u>

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de Pis e Cofins (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003. A Companhia mantém depósito judicial vinculado a provisão, referente as diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos, os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.

b) Composição dos depósitos judiciais:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Tributários (i)	7.054	7.161
Trabalhistas (ii)	<u>3.842</u>	<u>3.261</u>
	<u>10.896</u>	<u>10.422</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2014 a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$7.161. A conciliação deste montante refere-se basicamente ao

questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS totalizando o valor de R\$3.714, e, também, a depósitos judiciais efetuados a favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange a incidência do ISS sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre esta rubrica monta em R\$2.705. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos a Companhia não efetuou depósitos judiciais desta natureza.

- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Tributárias (i)	30.971	31.559
Cíveis (ii)	5.272	5.191
Trabalhista (iii)	<u>17.693</u>	<u>15.232</u>
Total	<u>53.936</u>	<u>51.982</u>

(i) Tributárias (principais itens):

- a) Glosa de despesas supostamente indedutíveis por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que, doravante, eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- b) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- c) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº. 9.711/98;
- d) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados da denúncia espontânea;
- e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de ILL, julgado inconstitucional pelo STF.
- f) Exigência por parte da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro por suposto erro da Companhia em não observar o regime de competência nos recolhimentos mensais de ISS devidos durante o período entre fevereiro de

1995 e outubro de 1997.

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

18. TRIBUTOS A PAGAR

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
PIS e COFINS	2.323	2.978
INSS	89	86
ISS	181	500
Outros	<u>319</u>	<u>409</u>
	<u>2.912</u>	<u>3.973</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de março de 2015 é representado pelo valor de R\$563.319 (31 de dezembro de 2014 - R\$563.319) dividido em 128.058 mil (31 de dezembro de 2014 – 128.058 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao Conselho de Administração aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

(a.1) Ações em tesouraria

Em 10 de novembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou, a instituição de um programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia e autorizou a Administração definir a oportunidade e a quantidade de ações a serem efetivamente adquiridas no âmbito do Programa de Recompra.

O objetivo da Companhia com o programa de recompra foi adquirir até 4.000.000 de ações de sua emissão, no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar com da data da aprovação pelo Conselho de Administração, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, inclusive no âmbito do programa de opção de compra de ações da Companhia, em caso de exercício de tais opções. Até 31 de março de 2015, foram adquiridas 2.285.300 ações no valor total de R\$19.777, registrados na reserva de capital. O custo mínimo, médio ponderado e

máximo destas ações adquiridas até o primeiro trimestre de 2015, foram, respectivamente, R\$5,32, R\$8,65 e R\$11,30.

(a.2) Emissão de ações

A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

	31/03/2015		31/12/2014	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
<u>Acionistas</u>				
Andres Cristian Nacht	15.685	12,25%	15.685	12,25%
Snow Petrel S.L.	17.728	13,84%	17.728	13,84%
HSBC Bank Brasil S.A. ¹	6.323	5,07%	6.323	5,07%
Capital Research Global Investors ²	-	-	6.507	5,10%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ³	11.914	9,24%	11.827	9,24%
Outros	<u>76.407</u>	<u>54,50%</u>	<u>69.987</u>	<u>54,50%</u>
	<u>128.057</u>	<u>100,00 %</u>	<u>128.057</u>	<u>100,00 %</u>

- 1 Em 02 de outubro de 2012, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
- 2 Em 2 de dezembro de 2014 passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e comunicada à CVM. Em 27 de janeiro de 2015 deixou de deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e comunicada à CVM.
- 3 Os outros signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, todos detentores de participações individuais inferiores a 5% do capital da Companhia, são representados na qualidade de acionistas, inclusive para fins de exercício de direito de voto, por Andres Cristian Nacht.

b) Reservas de lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

(b.3) Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da companhia, a ser deliberado na Assembleia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.068 líquido dos impostos, referente a distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$37.899, referente aos planos de stock options para os empregados, valor do custo das ações canceladas no montante de R\$558 e o valor da recompra das ações até 31 de março de 2015 no montante de R\$19.777, totalizando R\$2.496 como reserva de capital em 31 de março de 2015 (em 31 de dezembro 2014 - R\$8.785).

d) Ajuste de avaliação patrimonial - *hedge* de fluxo de caixa

A reserva para *hedge* de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço no valor de R\$228 líquido de impostos (em 31 de dezembro de 2014 R\$244).

e) Dividendos Mínimos obrigatórios

O Estatuto social da Companhia prevê após as destinações, a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações 6.404.

20. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	<u>(14.481)</u>	<u>33.872</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>127.818</u>	<u>127.441</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação proveniente das operações continuadas e descontinuadas	<u>(0,11)</u>	<u>0,27</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação proveniente das operações continuadas	<u>(0,11)</u>	<u>0,27</u>

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Lucro (prejuízo) líquido usado para determinar o lucro (prejuízo) diluído por ação	<u>(14.481)</u>	<u>33.872</u>
Quantidade média ponderada de ações das (milhares) ordinárias emitidas (milhares)	127.818	127.441
Ajustes de:		
Opções de compra de ações (milhares)	<u>-</u>	<u>817</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	<u>127.818</u>	<u>128.258</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação proveniente das operações continuadas e descontinuadas	<u>(0,11)</u>	<u>0,26</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação proveniente das operações Continuadas	<u>(0,11)</u>	<u>0,26</u>

21. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Locação	170.238	234.383
Vendas	18.950	7.170
Assistência técnica	2.527	4.090
Indenizações e recuperação	19.592	29.331
Impostos sobre vendas e serviços	(15.710)	(20.182)
Cancelamentos e descontos	<u>(31.703)</u>	<u>(46.971)</u>
	<u>163.894</u>	<u>207.821</u>

22. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e

eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se à gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

Natureza	31/03/2015			31/03/2014		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(17.135)	(26.449)	(43.584)	(14.285)	(28.081)	(42.366)
Terceiros	(879)	(5.455)	(6.334)	(1.344)	(7.471)	(8.815)
Frete	(2.321)	(377)	(2.698)	(3.833)	(196)	(4.029)
Material construção/ manutenção e reparo	(9.286)	(1.740)	(11.026)	(9.803)	(2.438)	(12.241)
Aluguel de equipamentos e outros	(1.009)	(4.644)	(5.653)	(1.369)	(4.888)	(6.257)
Viagem	(458)	(1.904)	(2.362)	(1.136)	(2.954)	(4.090)
Custo das mercadorias vendidas	(10.873)	-	(10.873)	(8.855)	-	(8.855)
Depreciação e amortização	(38.989)	(4.364)	(43.353)	(36.214)	(3.351)	(39.565)
Baixa de ativos	(4.738)	-	(4.738)	(1.651)	-	(1.651)
Provisão para devedores-PDD	-	(21.027)	(21.027)	-	(6.526)	(6.526)
Plano de ações	-	(2.503)	(2.503)	-	(2.187)	(2.187)
Provisões	-	339	339	-	(614)	(614)
Part. resultado	-	-	-	-	(482)	(482)
Outros	(370)	(5.721)	(6.091)	(557)	(2.699)	(3.256)
	<u>(86.058)</u>	<u>(73.845)</u>	<u>(159.903)</u>	<u>(79.047)</u>	<u>(61.887)</u>	<u>(140.934)</u>

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receitas de juros	2.261	2.464
Receitas de aplicação financeira	5.433	842
Descontos obtidos	5	57
Variação cambial e monetária ativa	1	592
Outras	<u>6</u>	<u>62</u>
	<u>7.706</u>	<u>4.017</u>

b) Despesas financeiras

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Juros de empréstimos	(721)	(2.060)
Variação cambial e monetária passiva	(606)	(706)
Juros de arrendamento financeiro	-	(236)
Juros – Debêntures	(23.272)	(15.983)
Comissões e tarifas bancárias	(72)	(28)

Outras

(1.413) (1.552)
(26.084) (20.565)

24. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Unidade de Negócio Infraestrutura

A unidade de negócio Infraestrutura atua no mercado de grandes obras, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança.

Unidade de Negócio Edificações

A unidade de negócio Edificações fornece formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes para o segmento de construções residenciais e comerciais. Possui o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, a unidade de negócios Edificações mantém equipes capacitadas a fornecer orientação técnica e a auxiliar no planejamento da obra, no detalhamento de projeto e na supervisão de montagem.

Unidade de Negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (autoridade mundial de acesso aéreo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico com profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros

indicadores operacionais e financeiros.

Nenhum cliente individualmente contribuiu com 10% ou mais para a receita da Companhia em 31 de março de 2015.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Infraestrutura		Edificações		Rental		Outros		Total	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita líquida	51.080	51.035	33.234	59.517	79.580	97.269	-	-	163.894	207.821
(-) Custos	(14.982)	(9.498)	(11.531)	(14.074)	(20.557)	(19.262)	-	-	(47.070)	(42.834)
(-) Despesas	(14.331)	(15.085)	(17.643)	(18.710)	(16.236)	(17.105)	(243)	(1.108)	(48.453)	(52.008)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(8.846)	(836)	(3.992)	(3.269)	(8.337)	(2.474)	148	52	(21.027)	(6.527)
(-) Depreciação e amortização	(10.551)	(9.363)	(11.938)	(11.475)	(20.864)	(18.727)	-	-	(43.353)	(39.565)
Lucro antes do resultado financeiro	2.370	16.253	(11.870)	11.989	13.586	39.701	(95)	(1.056)	3.991	66.887
Receita financeira	1.472	485	1.731	860	3.032	920	1.471	1.752	7.706	4.017
Despesa financeira	(6.097)	(4.465)	(7.314)	(7.454)	(12.420)	(8.562)	(253)	(84)	(26.084)	(20.565)
Lucro antes do IRPJ/CSL	(2.255)	12.273	(17.453)	5.395	4.198	32.059	1.123	612	(14.387)	50.339
(-) IRPJ/CSL	(15)	(4.015)	(114)	(1.765)	28	(10.487)	7	(200)	(94)	(16.467)
Lucro líquido	(2.270)	8.258	(17.567)	3.630	4.226	21.572	1.130	412	(14.481)	33.872

Ativo por segmento de negócio

	Infraestrutura		Edificações		Rental		Outros		Total	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Imobilizado										
Custo de aquisição	416.204	421.913	468.434	476.092	814.522	818.791	-	-	1.699.160	1.716.796
(-) Depreciação acumulada	(160.660)	(153.179)	(155.691)	(152.108)	(228.362)	(211.361)	-	-	(544.713)	(516.648)
	255.544	268.734	312.743	323.984	586.160	607.430	-	-	1.154.447	1.200.148
Outros ativos	170.750	183.023	165.078	175.763	200.002	191.328	143.672	142.461	679.502	692.575
Ativo total	426.294	451.757	477.821	499.747	786.162	798.758	143.672	142.461	1.833.949	1.892.723

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	214.024	193.659
Empréstimos e recebíveis:		
Contas a receber de clientes	127.607	158.626
Depósitos Judiciais	10.896	10.422
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	17.473	64.527
Debêntures	694.576	680.857
Contas a pagar a fornecedores	14.852	16.510
Ativos financeiros ao valor justo		
Derivativos - NDF	-	26
Derivativos - Swap	-	1.166
Instrumentos financeiros patrimoniais		
Planos de opções de ações	37.899	35.396

25.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2015.

	Saldos Nível 2	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31./03/2014</u>
<u>Ativos</u>		
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	26
Derivativos usados para empréstimos - Swap	-	<u>1.166</u>
Total do Ativo	-	<u>1.192</u>

(a) Valor justo

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(b) Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(c) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

Não foi calculado o valor justo dos empréstimos via BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função do BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos.

Empréstimos e financiamentos

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Valor contábil</u>	
		<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Capital de giro	CDI	17.473	43.030	17.473	45.860
1ª Emissão de Debêntures	CDI	190.690	185.839	190.243	184.412
2ª Emissão de Debêntures:					
1ª Série	CDI	158.642	167.397	163.285	168.121
2ª Série	IPCA	134.787	122.726	135.075	128.747
3ª Emissão de Debêntures	CDI	212.707	208.291	208.155	201.984

(d) Valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções de compra das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se o modelo Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

(e) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

25.3. Instrumentos financeiros derivativos

(a) Política de contratação de derivativos

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu

resultado operacional, visto que, a companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000 (dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo Conselho de Administração, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de *hedge*. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Por se tratarem de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a Companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

Os instrumentos derivativos são contratados pela Companhia para determinadas importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

(b) Swap

A operação, na modalidade de swap cambial, contratada pela Companhia, visava a proteção contra a exposição do empréstimo de US\$16,9 milhões (vide nota 15) à variação cambial. O swap cambial para essa operação consistiu na troca dos encargos de variação cambial mais juros de 2,31% a.a. por CDI acrescido de 0,29% a.a. Em janeiro de 2015, a Companhia pagou o valor justo apurado de R\$43 nesta operação (até 31 de dezembro de 2014 - R\$1.166 a receber).

(c) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

(d) Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges

As operações de hedge da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como hedge accounting.

A companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

No trimestre findo em 31 de março de 2015, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente das operações de *hedge* da Companhia.

(e) Ganhos e perdas no período

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de *hedge accounting* realizadas, as perdas e os ganhos verificadas nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens *hedgeados* (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. Em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$1.175 foi transferido do patrimônio líquido e deduzido no custo inicial dos equipamentos.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Em 31 de março de 2015, o total dos ganhos não realizados com contratos futuros de moeda, reconhecido em "Outros resultados abrangentes", acumulado no Patrimônio Líquido dentro da rubrica ajuste de avaliação patrimonial e relacionado a essas compras futuras previstas, era de R\$228 (R\$244 em 31 de dezembro de 2014). A previsão é de que as compras ocorrerão no próximo exercício, quando o valor então diferido no patrimônio líquido será incluído no valor contábil dos equipamentos importados.

(f) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto.

25.4. Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Atual</u>	<u>Efeito no resultado</u>		
			<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
BNDES	TJLP	(17.473)	(1.118)	(1.131)	(1.145)
1ª Emissão de debêntures	CDI	(190.243)	(13.610)	(16.852)	(20.056)
2ª Emissão de debêntures					
1ª Série	CDI	(163.285)	(21.959)	(26.846)	(31.665)
2ª Série	IPCA	(135.075)	(19.425)	(22.452)	(25.535)
3ª Emissão de debêntures	CDI	(208.155)	(27.742)	(34.350)	(40.871)
	Total	(714.231)	(83.854)	(101.632)	(119.271)
			Variação	21,20%	42,24%

<u>Referências</u>	<u>31/03/2015</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Taxas		25%	50%
CDI (%)	13,25%	16,56%	19,88%
TJLP (%)	5,50%	6,88%	8,25%
IPCA(%)	8,55%	10,69%	12,83%

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

25.5. Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<u>Em 31 de março de 2015</u>							
Empréstimos e financiamentos	364	722	2.131	4.100	11.002	2.652	20.971
Debêntures	101.510	12.557	36.504	230.781	459.676	64.544	905.572
Fornecedores	14.852	-	-	-	-	-	14.852
<u>Em 31 de dezembro de 2014</u>							
Empréstimos e financiamentos	46.378	998	3.215	4.100	11.002	2.652	68.345
Debêntures	-	9.227	150.140	230.266	458.685	64.069	912,387
Instrumentos financeiros derivativos	(1.166)	-	-	-	-	-	(1.166)
Fornecedores	16.510	-	-	-	-	-	16.510

24.6. Gestão de capital

O objetivo em gerir a estrutura de capital desejável da companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou o ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses e o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais).

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dívida bancária total	<u>714.232</u>	<u>747.791</u>
Financiamentos	17.473	64.527
Debêntures (vide nota 13)	696.759	683.264
Caixa e equivalente de caixa	<u>214.024</u>	<u>193.659</u>
Endividamento líquido	<u>500.208</u>	<u>554.132</u>
Patrimônio líquido	<u>1.038.611</u>	<u>1.059.397</u>
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	<u>0,48</u>	<u>0,52</u>

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Linhas de crédito bancário não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Não utilizadas	546.527	505.639
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	17.473	64.527

26. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, contrata seguros, cuja natureza e cobertura estão indicados a seguir até 31 de março de 2015.

<u>Natureza dos seguros</u>	<u>Importâncias seguradas (em milhares de reais)</u>
Equipamentos Rental	1.168.728
Patrimonial	263.913
Responsabilidade civil	40.000
Responsabilidade civil de administradores	50.000
Veículos	702

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Até 31 de março de 2015, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até 5 anos, no valor total de R\$92, que não estão refletidos na demonstração dos fluxos de caixa.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de abril de 2015, a Companhia amortizou a segunda parcela da primeira emissão de debêntures no valor de R\$90.000.